



Conselho Municipal de Saúde
do Rio de Janeiro

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Ref.: 09/12/2025

1 **Aos nove dias, do mês de dezembro, do ano de dois mil e vinte e cinco,**
2 **em convocação para a realização da reunião Ordinária do Conselho**
3 **Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS.RJ), no período das treze às**
4 **dezessete horas, no Auditório do Centro Administrativo São Sebastião**
5 **(CASS – Subsolo), situado à Rua Afonso Cavalcanti, 455, Bloco I – Sede**
6 **da Prefeitura, reuniram-se pelo segmento dos Usuários: conselheira**
7 **titular Maria Clara Migowski Pinto Barbosa (Associação Carioca de**
8 **Distrofia Muscular – ACADIM), conselheiro titular Abílio Valério Tozini e**
9 **seu suplente Antônio Sérgio Gomes Soares (Federação das Associações**
10 **dos Moradores do Município do Rio de Janeiro – FAM-RIO), conselheira**
11 **titular Gabriella Santoro da Silveira Machado (Associação de Doulas do**
12 **Estado do Rio de Janeiro – ADOULAS-RJ), conselheiro titular Rene**
13 **Monteiro de Almeida Júnior (Grupo Pela Vidda - GPV/RJ), conselheira**
14 **titular Simone Menezes Damasceno (Sindicato dos Trabalhadores das**
15 **Universidades Públicas Estaduais no Estado do Rio de Janeiro –**
16 **SINTUPERJ), conselheiro titular e presidente Osvaldo Sérgio Mendes e**
17 **sua suplente Maria de Fátima Gustavo Lopes (Sindicato dos**
18 **Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência Social no Estado do Rio**
19 **de Janeiro – SINDSPREV/RJ), conselheira titular Sônia Bauer Gomes da**
20 **Silva (Associação Carioca dos Diabéticos – ACD), conselheira titular Diva**
21 **Kort Kamp de Azevedo e sua suplente Maria Edileusa Braga Freires**
22 **(Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1), conselheira titular Nancy dos**
23 **Santos Senhor (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2), conselheira titular**
24 **Maria Rosilda Pereira de Azevedo Moreira (Conselho Distrital de Saúde da**
25 **AP 3.1), conselheira titular Maria Angélica de Souza (Conselho Distrital de**
26 **Saúde da AP 3.2), conselheira titular Ângela Maria Alves Barbosa**
27 **(Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3), conselheiro titular Reinaldo da**

Costa Pereira da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 4.0),
conselheiro titular Ludugério Antônio da Silva (Conselho Distrital de
Saúde da AP 5.1), conselheiro titular Vagner Pereira da Silva (Conselho
Distrital de Saúde da AP 5.3); pelo segmento dos Profissionais de Saúde:
conselheira suplente Mônica Valéria Porto Neves (Sindicato dos
Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro – SATEMRJ),
conselheiro titular Hélio Dellatorre da Costa (Sindicato dos Enfermeiros
do Município do Rio de Janeiro – SINDENFRJ), conselheira titular Cíntia
Teixeira de Souza Silva (Sindicato dos Nutricionistas do Estado do Rio de
Janeiro – SINERJ), conselheiro titular Tomaz Pinheiro da Costa e seu
suplente Sidney de Almeida Teixeira Junior (Sindicato dos Médicos do
Município do Rio de Janeiro – SINMED), conselheira titular Haydee
Barreto Lopes (Associação dos Funcionários do Instituto Nacional do
Câncer – AFINCA), conselheiro titular Roger Soares de Oliveira (Sindicato
dos Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais, Auxiliares de Fisioterapia
e Auxiliares de Terapia Ocupacional – SINFITO), conselheira titular
Julienne de Freitas Parada (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de
Janeiro – SINDPSI/RJ), conselheiro titular José Alexandre da Rocha
Curvelo (Sindicato dos Cirurgiões-Dentistas no Estado do Rio de Janeiro)
e pelo segmento dos Gestores/Prestadores de Serviços de Saúde:
conselheira suplente Liliane Cardoso de Almeida Leal (Secretaria
Municipal de Saúde – SMS), conselheira titular Luciana Soares Ribeiro
(Secretaria Municipal de Saúde – SMS), conselheira titular Fabíola
Andrade Rodrigues (Secretaria Municipal de Saúde – SMS), conselheira
titular Vanessa de Almeida Ferreira Corrêa (Universidade do Rio de
Janeiro – UNIRIO). COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS - Presidência do
Conselho: conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes. Rene Monteiro de Almeida
Junior (Substituto do Presidente). Comissão Executiva: - Usuários: conselheiros
Rene Monteiro de Almeida Júnior, Ângela Maria Alves Barbosa, Maria Rosilda
Pereira de Azevedo Moreira e Victor Yuri de Oliveira. Profissional: conselheiros
Roger Soares de Oliveira e Lucimar Oliveira do Nascimento. Gestor/Prestador:
conselheira Luciana Soares Ribeiro e Liliane Cardoso de Almeida Leal.
Controlador do tempo: conselheiro Rene Monteiro de Almeida Junior. Inscrições:
conselheira Conselheira Maria Rosilda Pereira de Azevedo Moreira. Leitura da
pauta: Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto. Moderador: Secretária

Executiva Lúlia de Mesquita Barreto. Pauta do Dia: **1) Deliberação** Ata da reunião de 11/11/2025 - 5 minutos; **2) Deliberação do Processo: SMS-PRO-2025/34796**. Descrição: Habilitação como Centro de Atendimento de Urgência Tipo I aos Pacientes com Acidente Vascular Cerebral, do Hospital Municipal Miguel Couto, CNES: 2270269, nos termos da Portaria de Consolidação nº 03, de 28 de setembro de 2017, Anexo III – Rede de Atenção às Urgências e Emergências, Livro II, Título VIII - da linha de cuidados em AVC e dos critérios de habilitação dos estabelecimentos hospitalares como centro de atendimento de urgência aos pacientes com acidente vascular cerebral (AVC), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); – AP 2.1 – 5 minutos; **3) Deliberação do Processo: SMS-PRO-2025/66602**. Descrição: Habilitação em Terapia Gênica, UFRJ/IPPMG – Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira, em conformidade com a Portaria SAES/MS Nº 3.080, de 29 de julho de 2025. CNES: 2296616 – AP 3.1 – 5 minutos; **4) CMS.RJ**. Descrição: **Deliberar** paritariamente Comissão Organizadora para 15ª Conferência Municipal de Saúde – 10 minutos; **5) CMS.RJ**. Descrição: **Deliberar** paritariamente Comissão Eleitoral para eleger Comissão Executiva e Substituto do presidente (Mandato 2026) – 10 minutos; **6) S/SUBPAV/SAP/CST**. Descrição: **Apresentação e Deliberação** do Projeto de Habilitação do Cerest Zona Oeste – 35 minutos (25 minutos para apresentação e 10 minutos para esclarecimentos); **7) CISTT/CMSRJ**. Descrição: **Apresentação e Deliberação** do Plano de Ação CISTT para 2026 – 35 minutos (25 minutos para apresentação e 10 minutos para esclarecimentos); **8) SMS.Rio**. Descrição: **Apresentação e Deliberação** da Programação Anual de Saúde/PAS 2026 – 50 minutos (30 minutos para apresentação e 20 minutos para esclarecimentos); **9) Informe** das Comissões do Conselho Municipal de Saúde RJ – 10 minutos; **10) Informe** do Presidente do Colegiado – 3 minutos; **11) Informe** dos Conselhos Distritais de Saúde (CDS) – 3 minutos para cada Colegiado Distrital; **12) Informe** da Secretaria Executiva – 3 minutos; **13) Informe** da Gestão da SMS.Rio - 3 minutos; **14) Informe** do Colegiado - 3 minutos por Conselheiro. **A Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro Sra. Lúlia de Mesquita Barreto**, às treze horas e trinta, dando início à reunião, após ter lido a **pauta**, colocou-a em votação, e constatou-se que foi aprovada por maioria simples. Dando continuidade, ela dá boas-vindas ao Coordenador da Metropolitana I, Sr. Jeronimo Sant’Anna, que veio participar da reunião, e

coloca em votação o **item 1** da pauta, deliberação da **ata de 11/11/2025**, que foi aprovada por maioria simples. Seguiu para o **item 2** da pauta, deliberação do **Processo: SMS-PRO-2025/34796**, que trata da habilitação como Centro de Atendimento de Urgência Tipo I aos Pacientes com Acidente Vascular Cerebral, do Hospital Municipal Miguel Couto na AP 2.1, e a **Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro Sra. Lúlia de Mesquita Barreto** reforça a informação de que o processo é encaminhado para o Conselho Distrital de Saúde, para que a equipe faça a visita, verifique informações, e faça o *checklist*, para então retornar ao Conselho Municipal de Saúde e ser encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde. **Uma pessoa no pleno** questiona quantos leitos constam no processo de habilitação, e o **conselheiro titular Abílio Valério Tozini (FAM-RIO)** informa que participou da redação do respectivo processo da AP 2.1, e explica que trata-se apenas da habilitação do serviço no Hospital Miguel Couto, que, não estava credenciado. A **Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro Sra. Lúlia de Mesquita Barreto** complementa que habilitar o serviço é ampliar um serviço que já é feito, e retoma a deliberação do Processo SMS-PRO-2025/34796, que foi aprovado por maioria simples, com 03 (três) abstenções. Em seguida, colocou em votação o **item 3** da pauta, deliberação do **Processo SMS-PRO-2025/66602**, que trata da habilitação em Terapia Gênica no Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira, na AP 3.1. A **Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro Sra. Lúlia de Mesquita Barreto** expõe que o presidente substituto, Luiz Claudio Pessoa dos Santos, fez a visita em comissão, que consta em ata, e foi aprovado pelo Colegiado do Conselho Distrital de Saúde do território, e reitera a luta de todos do Controle Social pelos serviços do SUS. Ela coloca o item 3 em votação, que foi aprovado por maioria simples, com 04 (quatro) abstenções. O **conselheiro suplente Sidney Almeida Teixeira Junior (SINMED)** solicita declaração de voto, é orientado que seja feita pelo conselheiro titular, conforme o Regimento. Em seguida, o **conselheiro titular Tomaz Pinheiro da Costa (SINMED)** solicita declaração de voto para expor que possui uma ligação com a Instituição, tendo em vista que fora diretor do IPPMG, e que, apesar de o processo ter passado pelo Conselho Distrital de Saúde, seu suplente fez a leitura do documento, e constatou que não foi inserido o *checklist* das questões, e, portanto, fica temerário aprovar o processo sem o *checklist*. A **Secretária**

Executiva do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro Sra. Lúlia de Mesquita Barreto expõe que a declaração foi registrada, e que isso será verificado, e em seguida explica que na reunião de hoje é preciso deliberar a Comissão de Organização para a 15ª Conferência Municipal de Saúde, que precisa acontecer entre janeiro e agosto de 2026, e reitera que também deverão ser realizadas as 10 Conferências Distritais de Saúde. Ela explica que a Comissão inicialmente será composta por 08 (oito) pessoas, sendo 04 (quatro) usuários, 02 (dois) profissionais de saúde e 02 (dois) gestores, mas outras pessoas de fora podem ajudar na organização da conferência. A **conselheira suplente Maria de Fátima Gustavo Lopes (SINDSPREV/RJ)** esclarece que esses 08 representantes conselheiros irão abrir subcomissões, de relatoria, de infraestrutura, de financiamento, entre outras, em que diversas pessoas poderão participar e contribuir, entretanto, somente esses 08 conselheiros ficarão “na linha de frente”. Ela exemplifica que quem estiver na subcomissão de relatoria poderá convidar a universidade, um amigo que gosta de relatar, sem limite de pessoas, mas desde que trabalhem, pois não é para assinar o nome para publicar em diário oficial e não comparecer a nenhuma reunião, não basta presença, é preciso dedicação no trabalho. O **conselheiro titular Roger Soares de Oliveira (SINFITO)** comenta que o Conselho Nacional de Saúde (CNS) se antecipou e já fez o chamamento para a conferência, que irá acontecer em 2027, as etapas municipais a partir de janeiro de 2026, e o Conselho Estadual já montou a sua Comissão Organizadora. Ele diz que, em sua opinião, o tema escolhido pelo CNS é meio esquisito para trabalhar na área da saúde, e que os Conselhos Municipais precisarão antecipar a convocação das Comissões Organizadoras, para justamente pensar em como trabalhar esse tema, tendo em vista que o Conselho Nacional ainda não lançou o documento orientador. Ele reforça que quem for participar dessa comissão deve estar preparado, pois haverá um processo de discussão muito complicado, a fim de compensar o tema proposto pelo CNS. A **Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro Sra. Lúlia de Mesquita Barreto**, complementando a fala de Roger, expõe que o tema da 18ª Conferência Nacional de Saúde, “Brasil das Brasileiras e dos Brasileiros: SUS e Soberania – Cuidar do Povo é Cuidar do Brasil”, reforça a identidade e a soberania nacional do povo brasileiro, e que é apenas um resumo, extraído do site do CNS, pois o documento orientador da conferência ainda não foi

divulgado. Ela reitera que a etapa municipal acontecerá entre janeiro e agosto de 2026, a estadual e do Distrito Federal entre janeiro e abril de 2027, e a nacional em junho de 2027, então, de todos os Conselhos de Saúde, aquele com o prazo mais apertado é o municipal, e como o do Rio de Janeiro possui 10 (dez) distritais, fica mais difícil ainda, e, portanto é preciso se organizar para isso. Dando continuidade, seguiu para o **item 4**, deliberar paritariamente Comissão Organizadora para 15ª Conferência Municipal de Saúde, e a candidatura dos conselheiros **Maria de Fátima Gustavo Lopes, Rene Monteiro de Almeida Júnior, Maria Angélica de Souza e Ângela Maria Alves Barbosa**, do segmento Usuário, dos conselheiros **Tomaz Pinheiro da Costa e Julienne de Freitas Parada**, do segmento Profissional de Saúde, e das conselheiras **Liliane Cardoso de Almeida Leal e Luciana Soares Ribeiro**, do segmento Gestor/Prestador foi aprovada por maioria simples. A conselheira suplente **Maria de Fátima Gustavo Lopes (SINDSPREV/RJ)** retoma a fala, reforçando a informação de que o Presidente e a Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde darão apoio, e por isso não precisam ser eleitos. A **Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro Sra. Lúlia de Mesquita Barreto**, dando continuidade à ata, passou para o **item 5**, **deliberar** paritariamente Comissão Eleitoral para eleger Comissão Executiva e Substituto do presidente (Mandato 2026), e explica que o mandato dos conselheiros é de 04 (quatro) anos, mas para a Comissão Executiva, os conselheiros só podem ficar por 02 (dois) anos consecutivos, conforme o Regimento e a Legislação. Ela exemplifica que alguns conselheiros que compõe atualmente a Comissão Executiva, como o Rene Monteiro de Almeida Junior e a Ângela Maria Alves Barbosa, que atuaram em 2024 e 2025, não poderão permanecer como membros em 2026. Lúlia explica que a deliberação de hoje é para formar a Comissão que fará a eleição da Comissão Executiva, de modo que, quem fizer parte da Comissão Eleitoral, não poderá se candidatar à Comissão Executiva, lembrando que é preciso manter a paridade, com 02(dois) usuários, 01(um) profissional de saúde e 01(um) gestor. Em seguida, a candidatura das conselheiras **Ângela Maria Alves Barbosa, Nancy dos Santos Senhor**, do segmento Usuário, **Julienne de Freitas Parada**, do segmento Profissional de Saúde e **Fabiola Andrade Rodrigues**, do segmento Gestor/Prestador para fazer parte da Comissão Eleitoral foi aprovada por maioria simples. Seguiu para o **item 6**,

203 **apresentação e deliberação** do Projeto de Habilitação do Cerest Zona Oeste¹,
204 e, após a apresentação, a Coordenadora de Promoção em Saúde do
205 Trabalhador, Sra. Flávia Mello, e a Diretora do Cerest Zona Oeste, Sra. Simone
206 Leite, abriram para perguntas. A **conselheira suplente Liliane Cardoso de**
207 **Almeida Leal (SMS)** comenta que o primeiro desafio abrange as habilitações,
208 montar a equipe e infraestrutura, mas um belo desafio que a Simone traz aqui é
209 exatamente a capacitação dos profissionais. Ela afirma que é excelente que
210 possamos trabalhar com pontos focais em todas as áreas, pois é essencial
211 levar ao profissional o conhecimento de que ele necessita fazer a notificação
212 para que se tenham dados consistentes para comprovar o trabalho do Cerest
213 no município do Rio de Janeiro, e diz acreditar que após essa habilitação, virá
214 a próxima, com certeza. Em seguida, o **conselheiro titular Abílio Valério**
215 **Tozini (FAM-RIO)** expõe que é importante realmente examinar isso para que
216 se possa voltar a ver a matriz atualizada das doenças ocupacionais, que se
217 perdeu ao longo do tempo, e, nesse sentido, como agora a porta de entrada
218 das consultas é feita através das Clínicas da Família, ele questiona como está
219 a capacitação para os médicos e médicas, enfermeiros e enfermeiras, para
220 enquadrar na Classificação Internacional de Doenças (CID) de forma correta,
221 para poder saber se aquilo é uma doença ocupacional, ou não. A **Sra. Flávia**
222 **de Andrade Mello (Coordenadora de Promoção em Saúde do Trabalhador)**
223 responde que em todos os Cerests, dentro do planejamento de cada um deles,
224 é preconizada a educação e a capacitação nas unidades de saúde para que se
225 tenha esse olhar diferenciado para o trabalhador. Ela aponta que o desafio é
226 grande, como dito pela conselheira Liliane, pois a rede é enorme, mas o
227 município possui três Cerests com os pontos focais, que viabilizam esse
228 trabalho. Flávia expõe que não está sendo possível ainda atingir 100% de
229 todos os trabalhadores da rede, mas garante que, atualmente, todos os
230 trabalhadores dos Cerests estão conversando, fazendo as oficinas, as
231 capacitações, o que acaba repercutindo lá na Atenção Primária, onde é
232 possível ver que os indicadores do número de notificação estão aumentando, e
233 isso é importante, pois mostra o trabalho feito nos Cerests. A **conselheira**
234 **suplente Liliane Cardoso de Almeida Leal (SMS)** expõe que os ciclos de

¹ Apresentação disponível em: <<https://saude.prefeitura.rio/wp-content/uploads/sites/47/2025/12/Redefinindo-Novos-Territorios-em-Saude-do-Trabalhador-CEREST-Zona-Oeste.pdf>>

235 debates na Atenção Primária à Saúde (APS) abrangem o maior número de
236 profissionais, e pode ser uma medida para agilizar o processo de capacitação
237 dos profissionais da rede. O **conselheiro titular Abílio Valério Tozini (FAM-
238 RIO)** sugere envolver os Conselhos Distritais de Saúde, e, através dos
239 conselheiros, realizar seminários com os médicos, médicas e enfermeiros,
240 porque isso tem que ir lá para o território, para o “chão”. A **conselheira titular
241 Maria Angélica de Souza (CDS AP 3.2)** agradece pela apresentação,
242 questiona para onde a Área de Planejamento 4.0 será direcionada, e em que
243 momento haverá habilitação para atender a esse território, e expõe que faz
244 parte da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora
245 (CISTT). A **Sra. Flávia de Andrade Mello (Coordenadora de Promoção em
246 Saúde do Trabalhador)** responde que já estão começando as articulações,
247 pois se tem dialogado com o Ministério da Saúde, então está certo que em
248 2026 será habilitado outro Cerest. A **conselheira suplente Maria de Fátima
249 Gustavo Lopes (SINDSPREV/RJ)** expõe que sua maior preocupação é
250 exatamente a AP 4.0, e pede que isso fosse abordado nas APs. 5.1, 5.2 e 5.3.
251 Ela afirma que isso é uma luta de anos, que foram feitas duas conferências, a
252 de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, e a de Gestão do Trabalho e da
253 Educação na Saúde, que permitiram um aprendizado muito grande, e
254 precisava desse plano para ser concretizado hoje, e reforça o anseio à equipe
255 para que venha o 4º Cerest, mesmo apesar da AP 4.0 não possuir a população
256 que o Ministério almeja. A **Sra. Flávia de Andrade Mello (Coordenadora de
257 Promoção em Saúde do Trabalhador)** comunica que de fato há uma
258 possibilidade, pois foi conversado com o Ministério da Saúde, e toda a equipe
259 já está correndo atrás disso, pois logo estará no planejamento, dentro da
260 Superintendência de Atenção Primária (SAP), da Saúde do Trabalhador, a
261 realização desse projeto. Ela explica que acontecerá o mesmo processo
262 realizado com a Zona Oeste, e que será preciso também articular muito com o
263 Conselho Distrital de Saúde, para poder, de fato, estabelecer a saúde do
264 trabalhador dentro desse território. Flávia diz que Simone está muito
265 preocupada porque ela está pegando esse território [AP 4.0], e as APs 5.1, 5.2
266 e 5.3, e reforça que será extremamente necessário o apoio do Conselho para
267 levar um Cerest para dentro da Zona Sudoeste. A **conselheira titular Cíntia
268 Teixeira de Souza Silva (SINERJ)** parabeniza o trabalho e a luta pela saúde
269 do trabalhador, que por muitas das vezes várias gestões esquecem, e quem

270 sofre são os trabalhadores que estão lá na ponta, os trabalhadores
271 terceirizados, especialmente na Zona Oeste. Ela expõe que, como
272 consequência da conferência, que foi superpotente para o tema da saúde do
273 trabalhador, na Zona Oeste, em especial Santa Cruz e Campo Grande, naquele
274 polo industrial - que a gente acha que não existe fábrica metalúrgica ali, mas
275 existe sim - está o povo que segue adoecendo. Portanto, os Conselhos
276 Distritais e Municipal de Saúde precisam prestar apoio ao novo Cerest da
277 região, para potencializar o projeto naquela área. Cíntia afirma que, para além
278 dos Cerests, é necessário criar esse trabalho em rede, mas inclusive pela
279 capacitação permanente dos profissionais, principalmente considerando que
280 tem diversas empresas que seguem poluindo, com muitos acidentes de
281 trabalho. Ela chama atenção para o fato de que infelizmente, nas contradições
282 do mundo do trabalho, há uma enorme rotatividade de profissionais nos
283 hospitais, e, por isso, não é possível capacitar hoje um grupo de trabalhadores
284 que, daqui a dois anos, não estará mais ali, então isso é uma dificuldade, e é
285 preciso problematizar essa realidade. A conselheira diz que, pela
286 impossibilidade de se ter um trabalho com continuidade, devemos lutar pela
287 permanência desses trabalhadores via concurso público, para que seja
288 garantida a permanência desses servidores, reiterando que a educação
289 permanente é fundamental para garantir que aquele Peão que sai da Terra, da
290 Ambev, ou da Casa da Moeda, por exemplo, vá a uma emergência ou Clínica
291 da Família, ou então peça alguma informação no CAPS, e consiga receber
292 orientação dos profissionais de como entrar em contato com o Cerest. Ela
293 sugere que o Conselho Municipal de Saúde disponibilize todos os contatos dos
294 Cerests, não apenas nos grupos de Whatsapp, oriente os Sindicatos a lutar
295 contra os adoecimentos da classe, pois os profissionais da saúde sofrem não
296 apenas de transtorno mental, mas de acidentes de trabalho também. A
297 conselheira reitera que é preciso propagar a informação sobre onde buscar
298 ajuda, talvez por meio de uma cartilha, como foi proposto no Seminário de
299 Saúde Mental, onde se exponha o papel dos Cerests, assim como dados de
300 contato e endereço, e que seria fundamental encaminhar para as casas
301 legislativas que fazem esse debate de saúde do trabalhador. O **conselheiro**
302 **titular Roger Soares de Oliveira (SINFITO)** parabeniza a equipe pela
303 excelente apresentação, e o município, pela proposta de abertura de mais um
304 serviço que cuida do trabalhador, tendo em vista que na Conferência Nacional

305 de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora foi denunciada a precarização do
306 trabalho, a dificuldade do trabalhador em se deslocar de sua casa para o seu
307 local de trabalho, o adoecimento do indivíduo no seu ambiente de trabalho,
308 então é preciso parabenizar quando o Cerest toma essa iniciativa. Ele comenta
309 que se tem escutado por todo o Brasil que os Cerests hoje estão sucateados,
310 que infelizmente muitos deles não têm autonomia para executar as ações, uma
311 vez que, em muitos deles, quem está à frente às vezes não é capacitado, ou
312 não tem a governabilidade para fazer as ações, por diversas questões
313 envolvidas, principalmente do âmbito político. O conselheiro aponta para a
314 importância da iniciativa da equipe de aproximar os Cerests do Controle Social,
315 em especial da CISTT, uma comissão fundamental que pensa e discute o
316 tempo todo a saúde do trabalhador, reiterando que é essencial a construção
317 conjunta dos planos de trabalho, para que essa articulação seja efetiva. Roger
318 diz que quando o Cerest propuser alguma ação e por algum motivo tiver algum
319 impedimento ou dificuldade, o Controle Social está ali para dar o apoio, para
320 cobrar que seja feito e que a lei seja cumprida, em prol do fim do adoecimento
321 no ambiente de trabalho. Ele alerta também para a maior dificuldade que temos
322 hoje, como dito por Cíntia, que são as capacitações, pois infelizmente, não há
323 vínculo e estabilidade dos profissionais, o que leva ao cenário onde hoje o
324 profissional é capacitado, e amanhã não é. Muitas vezes o trabalhador vai a
325 uma unidade de saúde, e o profissional que está lá não realiza a notificação
326 porque ele não sabe o que tem que fazer, pela falta de capacitação, então é
327 preciso pensar em como será feita a educação permanente dos profissionais,
328 porque tudo isso demanda tempo, recursos e estrutura. Roger reitera que todos
329 do Pleno fazem parte do Controle Social, e estão aqui para fazer cobranças,
330 mas também para construir alianças e trabalhar em união pela saúde de todos.
331 Em seguida o **conselheiro titular Tomaz Pinheiro da Costa (SINMED)**
332 parabeniza o trabalho, e questiona se não é importante ter um médico e um
333 psicólogo na equipe para a Habilitação, pois a realidade mostra que os danos
334 mentais acarretados por vários processos do trabalho são muito grandes. Ele
335 diz achar que começa, inclusive, pela questão da percepção do trabalhador de
336 a quem ele se refere, qual é a afiliação, e a terceirização também e muita
337 insegurança, o que acarreta em danos mentais também. A outra questão diz
338 respeito à notificação, que é um grande problema para todos os setores, e
339 principalmente a notificação de acidentes de trabalho, porque não é uma coisa

que é habitual na nossa história. Ele aponta que o processo de notificação é baixo por inúmeros motivos, entre eles, os processos e os recursos para a notificação, pois os médicos da Atenção Primária e grande parte das equipes precisam atender um número de pessoas adscritas muito maior do que é previsto, então, sabemos, pela vivência dos colegas, que a notificação fica sempre uma coisa muito relegada, porque para preencher todos os dados daquele prontuário e tudo mais, que não transfere direto, e por isso é preciso ter uma visão crítica sobre esse aspecto, dos processos e dos recursos para a notificação. A **Sra. Flávia de Andrade Mello (Coordenadora de Promoção em Saúde do Trabalhador)** responde que a notificação não é uma ação exclusiva do profissional médico, pois todo profissional que atende a um trabalhador pode realizar a notificação. Além disso, é fundamental que o profissional de saúde tenha essa percepção de que o trabalho é determinante no adoecimento, então, por exemplo, quando o trabalho pode causar uma hipertensão arterial, um abortamento, uma lesão na pele, é essencial que o profissional que está ali atendendo o trabalhador questione qual a ocupação dele, pois isso pode ser um diferencial no acompanhamento, no tratamento desse paciente trabalhador. Ela expõe que todas essas questões estão sendo levadas pelos Cerests aos profissionais de saúde, para que se possa refletir, pois o paciente que entra na unidade é um potencial trabalhador, e é preciso entender que o trabalho é um determinante no adoecimento. Flávia explica que isso é uma virada de chave para a rede municipal de saúde do trabalhador e da trabalhadora, e para que essa rede efetivamente funcione, pois a saúde do trabalhador não está restrita ao Cerest, ela contempla o hospital sentinela, a Atenção Primária, os laboratórios, a universidade, todo aquele suporte de estar ali para dar conta dos riscos, dos agravos, das doenças às quais esses trabalhadores estão sendo expostos e acometidos no dia a dia. Ela diz entender que os profissionais de saúde têm muita demanda, mas reitera a importância de se perceber essa questão, de que o trabalho adocece. Flávia expõe que a equipe esteve em São Paulo juntamente com um grupo de Brasília, onde teve a oportunidade de conversar bastante sobre a questão da habilitação, comunica que no Cerest Zona Oeste tem um médico, mas não tem psicólogo, nos Cerests I e Zona Norte não há médico, mas tem psicólogo, então houve algumas conversas também sobre alguns Cerests não terem determinadas categorias profissionais, mas de acordo com o Ministério da

375 Saúde, isso não seria um impeditivo, pois é importante considerar as
376 especificidades e os riscos de cada território, e, conforme as demandas
377 identificadas, será possível alocar os profissionais necessários. Flávia
378 esclarece que questionou todas essas questões, mas está escrito na norma
379 que o Cerest Municipal e Regional têm que ter dez profissionais, sendo quatro
380 de nível médio, sendo desses quatro de nível médio, dois auxiliares de
381 enfermagem, seis de nível superior, sendo desses seis de nível superior, um
382 profissional médico vinte horas, e isso não é impeditivo para a habilitação, mas
383 é importante reforçar que todas as CAPs têm se debruçado muito para estar
384 lotando os profissionais dentro desse Cerest, e estão buscando profissionais
385 médicos e psicólogos para comporem as equipes. Em seguida a **conselheira**
386 **titular Julienne de Freitas Parada (SINDPSI/RJ)** esclarece que não existe
387 hierarquia entre as profissões, ou seja, um médico e um enfermeiro estão
388 igualmente capacitados para o atendimento, não precisa ter um médico, pois
389 um enfermeiro faz o serviço, inclusive, lá fora o enfermeiro pode ser
390 anestesista também, mas infelizmente aqui a gente tem essa cultura de
391 menosprezar uns. Ela questiona qual é o vínculo trabalhista dos profissionais
392 que compõem os Cerests, pois, quando se fala que numa equipe falta
393 psicólogo, e que já pediu para providenciar, é preocupante, pois geralmente
394 essa providência acontece tirando da ponta, e a ponta fica desfalcada. O
395 **conselheiro titular Ludugério Antônio da Silva (CDS AP 5.1)** diz que os
396 companheiros do Conselho Estadual foram fundamentais na ajuda para que
397 hoje fosse aprovado o Cerest Zona Oeste. Ele aponta que a CISTT Estadual
398 teve diversas reuniões para discutir o Cerest, e destaca o papel essencial do
399 Coordenador Geral de Atenção Primária da Área de Planejamento 5.1, Raphael
400 Costa Pinto, e de Lúcia Regina Souza da Cruz nesse projeto, mas reitera que
401 todos foram fundamentais nessa ajuda e que ninguém trabalha só, como Tadeu
402 da Fiocruz, que sempre que alguém precisasse de alguma orientação, ele
403 sempre estava pronto para ajudar e orientar. O conselheiro, mencionando a fala
404 de Cíntia sobre o trabalho com a população, informa que já entrou em contato
405 com todos os sindicatos da área para desenvolver esse trabalho juntos, e em
406 seguida agradece e parabeniza todas as equipes, a Secretaria Municipal de
407 Saúde, o Secretário Municipal de Saúde, todos que colaboraram direta e
408 indiretamente, e a Dra Flávia Mello. Ele afirma que está aqui para cobrar, e
409 ajudar a construir, sempre com respeito, mas cobrar para que as mudanças

410 aconteçam, e anseia pelo Cerest na Zona Sudoeste, declarando que irá ajudar
411 nessa construção. Em seguida a **Sra. Flávia de Andrade Mello**
412 **(Coordenadora de Promoção em Saúde do Trabalhador)** responde que os
413 Cerests são todos compostos por servidores da rede, não havendo profissional
414 contratado, e isso viabiliza, inclusive, as ações futuras, planejadas de inspeção,
415 fiscalização, que estão programadas para os próximos anos, e agradece a
416 oportunidade de estar aqui. **Rosangela Becker, Chefe do Serviço do Cerest**
417 **zonas centro-sul RJ**, esclarece que a AP 2.1 já está sendo matriciada, a CAP
418 2.1 já foi contatada e possui ponto focal, e explica que começou as atividades
419 como chefe em junho de 2025. Ela reitera que já estão atuando na AP 2.1, que
420 têm agendamento com o Hospital Miguel Couto, e estão esperando o retorno
421 da Tris e do Bernardo, que são as pessoas responsáveis lá, para começarem a
422 fazer o matriciamento da área, que ela [Rosangela] começou na AP 1.0. Ela
423 passa seu contato, e propõe que possam atender a solicitação da conselheira
424 Maria Edileusa, de realizar uma apresentação no território, entre janeiro e
425 março de 2026. O **Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Rio de**
426 **Janeiro Osvaldo Sérgio Mendes** agradece a equipe pela apresentação e
427 conduz a votação, constatando aprovação por maioria simples, com 02 (dois)
428 votos contrários. Em seguida ele anuncia a presença do Coordenador da
429 Metropolitana I, Jerônimo Sant’Anna, e o convida para participar da Mesa, e o
430 **Substituto do Presidente Rene Monteiro de Almeida Junior** comenta que é
431 preciso olhar para a bandeira do Brasil, que vem com uma frase muito bonita
432 “Ordem e Progresso”, justamente porque para ter progresso, precisa ter ordem,
433 e reforça que, como todos os conselheiros mais antigos se lembram, sempre
434 houve uma organização de que, após cada apresentação, são apenas cinco
435 pessoas que se inscrevem para fazer pergunta, pois não é possível ter dez,
436 quinze pessoas se inscrevendo, cada uma com três minutos de fala, pois é
437 preciso entregar o auditório às 17h, e propõe que todos voltem à essa
438 organização primordial, em que, após a apresentação, haverá apenas cinco
439 inscrições. Prosseguiu para o **item 7** da pauta, **apresentação e deliberação**
440 do Plano de Ação CISTT para 2026², e, logo após a apresentação, o
441 **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Osvaldo Sérgio Mendes**

² Disponível em: <[https://saude.prefeitura.rio/wp-content/uploads/sites/47/2025/12/Apresentacao-CISTT-no-CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.pdf](https://saude.prefeitura.rio/wp-content/uploads/sites/47/2025/12/Apresentacao-CISTT-no-CONSELHO_MUNICIPAL_DE_SAÚDE.pdf)>

442 convida o Secretário Executivo da Secretaria Municipal de Saúde, Rodrigo de
443 Souza Prado, para compor a Mesa. O **conselheiro titular Roger Soares de**
444 **Oliveira (SINFITO)** parabeniza a conselheira e informa que faz parte da CISTT
445 do Controle Social e comenta sobre a dificuldade para fazer essa fiscalização
446 em relação à saúde do trabalhador. Ele aponta que é importante essa
447 organização, parabeniza a implantação de um novo Cerest, mas, enquanto
448 Controle Social, existe essa angústia de procurar entender como e se o Cerest
449 terá a competência, e irá garantir o acesso ao recurso que vem do Ministério da
450 Saúde, pois se vê por aí afora que muitos Cerests têm essa dificuldade. O
451 conselheiro comenta que se sabe que o recurso está lá, às vezes muitos
452 gestores não utilizam de fato o recurso para as ações da saúde do trabalhador
453 e a CISTT tem esse papel importante, que é ser como um controle social dos
454 Cerests, ou seja, o papel de estar ali cobrando os Cerests para que realmente
455 esse recurso seja investido nas ações da saúde do trabalhador, tendo em vista
456 que a CISTT não é específica só da saúde, pois ela envolve todos os
457 trabalhadores de todas as áreas, de todos os vínculos, formais e informais,
458 domésticos, de todos aqueles trabalhadores. Ele complementa que, enquanto
459 membro da CISTT estadual, se coloca à disposição para compor junto à
460 Comissão municipal, ajudando nessa construção, e reforça que, como dito
461 anteriormente, o Controle Social não está aqui para “botar o pé na porta da
462 gestão”, mas sim para construir, em conjunto com a gestão, pois o plano de
463 trabalho da CISTT precisa caminhar junto com o plano de trabalho do Cerest,
464 para que se consiga fazer essa conexão, apesar de divergências na discussão,
465 mas o importante é tentar chegar num consenso, porque quem vai estar se
466 beneficiando é o trabalhador e a trabalhadora. A **conselheira titular Julienne**
467 **de Freitas Parada (SINDPSI/RJ)**, aproveitando a presença do Secretário
468 Executivo da Secretaria Municipal de Saúde Rodrigo de Souza Prado, destaca
469 e lembra que há pouco tempo houve a Operação Contenção, e depois quem
470 vai recolher os “cacos” da população são os servidores municipais, que estão
471 precarizados, ou seja, o precarizado trabalhando para o precarizado. Ela
472 aponta que existe uma lei municipal de 1991 que instituiu o PCCS, uma pauta
473 antiga, e a Secretaria Municipal de Saúde se recusa a conversar sobre isso. A
474 conselheira menciona também que o artigo 37 da Constituição Federal
475 estabelece aumento de recomposição salarial todo ano, mas na gestão do
476 Eduardo Paes obteve-se apenas um aumento de 5,8%, e que a Mesa de

477 Negociação é legal, não deve ser abandonada, e está abandonada desde 2023.
478 Além disso, assinala que deambulatório não é para substituir ambulatório,
479 todos os recursos de saúde mental são necessários, não adianta colocar um
480 deambulatório para limpar fila, a população vai continuar precarizada. Seguiu
481 para a votação do item 7, e foi constatado que o Plano da CISTT para 2026 foi
482 aprovado por maioria simples, com 01 (uma) abstenção. Dando
483 prosseguimento à reunião, passou para o **item 8** da pauta, apresentação e
484 deliberação da Programação Anual de Saúde (PAS) 2026³, e, após a saudação
485 ao Pleno e a apresentação, **o Secretário Executivo da Secretaria Municipal**
486 **de Saúde Rodrigo de Souza Prado** agradeceu à equipe técnica do
487 Planejamento da Secretaria Municipal de Saúde e ao Conselho Municipal de
488 Saúde pelo trabalho em conjunto em prol de uma saúde melhor para a
489 população carioca, e comentou que 2025 foi um ano difícil, com um déficit
490 orçamentário, principalmente em relação aos repasses estaduais, o que está
491 dificultando muito o fechamento de orçamento esse ano. Ele complementa
492 dizendo que conta com a ajuda do Conselho para encontrar soluções e ajustar
493 esses problemas, anseia para que 2026 seja um ano melhor, e abre para
494 perguntas. O **conselheiro titular Abílio Valério Tozini (FAM-RIO)**, em relação
495 ao item 1.3.2, referente ao fornecimento de medicamentos nas farmácias,
496 afirma que a falta de remédios é uma das maiores reclamações da população e
497 comenta que são reservados 90 milhões, de modo que a licitação feita pelo
498 município é baseada em uma tabela definida pelo Ministério da Saúde, que
499 propõe um valor sempre abaixo do que laboratórios possam fornecer. Ele
500 expõe que isso precisa ser revisto, pois há muita reclamação de pacientes que
501 são atendidos, e quando vão pegar a medicação, não tem. Em relação ao item
502 1.6.1, sobre prevenção da dengue, Abílio diz ter cobrado uma interação melhor
503 entre a Secretaria Municipal de Saúde com a Comlurb, para garantir a limpeza
504 das áreas próximas à comunidade, tendo em vista que casas abandonadas são
505 potenciais criadouros de mosquitos, e percebe que essa articulação não tem
506 acontecido. Sobre o item 1.10, cuidado odontológico, o conselheiro aponta que
507 é uma grande fonte de reclamação da população, e, no que tange ao item 1.17,
508 sobre a questão das especialidades, foi mencionado o valor simbólico de 1 mil,
509 que será revisto futuramente, e questiona como a SMS irá conseguir dinheiro,

³ Disponível em: <https://saude.prefeitura.rio/wp-content/uploads/sites/47/2025/12/PAS-2026_-_CONSELHO-MUNICIPAL-DE-SAUDE.pdf>

se acontecerá por meio de emendas parlamentares, pois a demora de atendimento especializado é outra importante fonte de reclamação das pessoas. Em relação ao item 1.22.1, Abílio diz entender que há ligação com o SISREG, pois foi dito que a fila de espera terá redução de alguns dias, entretanto a fila de espera é bem maior do que os dados projetados na apresentação. O conselheiro solicita explicação sobre o item 1.24, que trata da questão da ressocialização, e questiona, sobre o item 3.1.1, que trata da Atenção Primária, denunciando que, apesar do valor significativo, sabe-se que tudo será feito com trabalhadores terceirizados. Ele diz, como usuário, que é um ponto muito frágil todo o atendimento da Atenção Primária ser realizado por profissionais terceirizados, no lugar de servidores concursados, e questiona a porcentagem do atendimento à população em situação de rua, que sofre de questões de saúde mental, aumentar somente de 44% para 50%, pois isso significa que a metade desta população vulnerável permanecerá na rua. Para concluir, o conselheiro afirma compreender a importância do Conselho Municipal de Saúde analisar detalhadamente esse planejamento anual, e tece críticas à ausência dessa análise nos Conselhos Distritais de Saúde para garantir efetiva participação da população, e à metodologia de apresentação e deliberação, uma vez que os conselheiros vieram para uma apresentação de cerca de 50 minutos, para levantar a mão e aprovar ou não, mas não há interação, não há discussão e debate. Ele diz sentir-se desconfortável em participar do Conselho Municipal de Saúde com essa forma de trabalhar, pois queria de fato debater, discutir, ver os Conselhos Distritais de Saúde discutindo nas unidades o que precisa ser aperfeiçoado, para concluir essa planilha de custo, e afirma que já fez essa reivindicação no ano passado, e por isso está repetindo a reivindicação de que a participação popular seja de fato mais concreta, e não apenas um “aprova ou não aprova”. O **Secretário Executivo da Secretaria Municipal de Saúde Rodrigo de Souza Prado** respondeu que há dois problemas em relação às farmacêuticas, sendo um o medicamento entregue, que sempre tem uma dificuldade e expectativa na realização das compras. Ele explica que foi aprovado o projeto pelo Dr. Daniel Soranz na Câmara dos Deputados, e homologado pelo presidente Lula, que vai modificar totalmente as compras para a saúde no país, de modo que não é preciso 5 mil prefeituras para licitar Dipirona, então serão avaliados os melhores preços dessas licitações para aderir a essas compras. Ele expõe que há regras para

adesão, prazo de pagamento, o que não é tão simples, mas é algo que tem-se muita expectativa de melhora nesse processo, mas também muito fracasso. Rodrigo complementa que tem expectativas para o ano de 2026 com esse projeto, reiterando que haverá um processo adaptação e adequação para esse novo molde de licitação, e expõe que no município há problema de recurso, pois o Estado não repassa um cofinanciamento de medicamentos já há três meses. Ele afirma que a Prefeitura do Rio já entrou na justiça e já ganhou algumas causas, alerta que o Estado deve 1 bilhão de reais à Prefeitura, sendo 300 milhões só no ano de 2025, e esclarece que não falta recursos no Estado, pois Duque de Caxias e Nova Iguaçu receberam, em 2025, respectivamente, 500 milhões e 400 milhões de reais, enquanto o Rio de Janeiro recebeu apenas 40 milhões de reais, que, dividindo pela população, tem-se 10 reais per capita, e reitera que esses dados são públicos. Rodrigo reforça que há muitos desafios, mas ao mesmo tempo tem muita esperança que, com esse projeto, as coisas melhorem. Em relação à ação de prevenção contra a dengue, ele explica que a rede de vigilância em saúde faz um trabalho interessante e que a Comlurb já faz parceria com a Saúde, principalmente para entrar em terrenos abandonados, e expõe que são feitas, em média, por ano, mais de 10 milhões de visitas e procedimentos, então é preciso entender se está tendo algum problema local, e ver com as CAPs onde a Comlurb poderia estar interagindo mais, mas lembrando que ela é uma empresa que tem sido muito parceira. Em relação à ação de bucal, Rodrigo afirma que a SMS nunca entregou tanta prótese dentária quanto nesse ano, pois houve muito investimento, trabalho com fluxo digital, referência em todo o Brasil, que acelera a confecção da prótese, e consequentemente a entrega para a população, em menos consulta e com uma qualidade até mais interessante do que a convencional, então a Secretaria tem trabalhado e avançado bastante em relação à saúde bucal. Ele reconhece que há desafios, pois existe muita demanda, mas reitera que a SMS está de olho nisso e investindo, e há previsão de entregar próteses, nessa qualidade e em volume considerável no próximo ano, além da manutenção de todos os Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) e custeio, lembrando que hoje o maior CEO do país é o do Supercentro, um programa que recebe muito investimento. Em relação ao SISREG, realmente a demanda é grande, mas a oferta também, pois como mostrado, a SMS conseguiu mais que triplicar o número de ofertas, saindo de 750 mil, em 2020, para 3 milhões de ofertas

580 ano passado, entre consultas, exames e procedimentos. Ele comenta que foi
581 possível zerar a fila de oftalmologia em dois meses quando abriu o Supercentro,
582 mas hoje ainda é a maior fila, pois a demanda da população cresce quando se
583 tem um serviço de qualidade, em que muitas vezes as pessoas acabam se
584 deslocando do serviço privado, e passam a ser usuários do SUS. Rodrigo
585 reitera que todas as pessoas, inclusive as que possuem plano de saúde,
586 podem fazer uso do SUS, e que, apesar da demanda estar muito grande hoje,
587 a SMS está conseguindo equilibrar com oferta, sem aumentar o número de
588 dias na fila de espera, e explica que os dados da apresentação mostram o
589 tempo médio de espera, pois avalia-se todos os procedimentos calculando-se o
590 tempo médio, e, aqueles com tempos mais longos, estão sendo avaliados
591 também, principalmente porque existem procedimentos nos sistemas de
592 regulação federal e estadual. O **conselheiro titular Tomaz Pinheiro da Costa**
593 **(SINMED)** também tece críticas à efetiva participação do Pleno como
594 conselheiros, pois não é possível deliberar sobre as coisas às quais não se
595 apropria, então uma apresentação de um plano denso e muito importante, não
596 pode ser deliberada de forma açodada. Ele reconhece que gestores sabem
597 muito melhor como fazer isso, mas é importante que se tenha tempo para
598 analisar essa quantidade toda de exposições, e propõe que seria interessante
599 que a apresentação fosse feita no território, para que todos pudessem ir para lá,
600 conviver com esse plano, e assim ter mais condições de deliberar. Ele reitera
601 que os conselheiros, principalmente dos segmentos profissional e usuário, não
602 possuem tanto conhecimento técnico, e precisam se apropriar muito mais
603 dessas questões, e comenta sobre a grande responsabilidade de se aprovar
604 valores, afirmando que não possui conhecimento suficiente para deliberar
605 sobre essa questão, que, se fosse para votar ações, saberia, e, portanto, é
606 preciso ter tempo adequado de exposição, para poder ter uma visão melhor, e
607 entendimento para poder votar. O conselheiro fala sobre a falta de honestidade
608 nas relações para tratar da questão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários
609 (PCCS), que é óbvio que não exista previsão para financiar o novo plano, pois
610 quando é abordado o tema na Mesa de Negociação do SUS, é dito que não
611 tem plano pois não há financiamento, ou então que não tem financiamento pois
612 não há plano, e reforça que não é possível conviver com isso. Ele propõe que o
613 Conselho Municipal de Saúde encaminhe uma proposta de financiamento para
614 um Plano de Cargos, Carreiras e Salários digno. Em seguida, a **conselheira**

615 **titular Cíntia Teixeira de Souza Silva (SINERJ)** também tece críticas à
616 questão do RH, em especial à falta de concurso público e o Plano de Cargos,
617 Carreiras e Salários, em que não há previsão ou discussão sobre o tema, e que
618 na Mesa de Negociação do SUS parece como uma “bola de pingue-pongue”,
619 pois não há plano pela falta de orçamento e vice-versa. Ela reitera que o
620 compromisso se estabelece quando inicia e constrói esse debate, esse
621 compromisso financeiro, e afirma que a bancada de trabalhadores reivindica
622 novamente o compromisso que essa Prefeitura deveria com os serviços
623 fornecidos à população, pois mesmo com tanta precariedade, são os
624 trabalhadores que estão lá na ponta, sustentando os serviços nas unidades. A
625 conselheira aponta que não tem como aprovar o plano sem prever
626 minimamente um Plano de Cargos, Carreiras e Salários e uma valorização dos
627 serviços públicos, e comenta sobre a questão da saúde do idoso, que,
628 enquanto cuidadora familiar, fica feliz em ver um avanço no percentual de
629 atendimento da população idosa, mas questiona como e por quem será feito o
630 cadastro dessas pessoas, tendo em vista que o Agende Comunitário de Saúde,
631 por exemplo, tão assoberbado, não terá um olhar clínico para entender e se o
632 cadastro será feito somente com base na idade e moradia. Ela diz que é
633 preciso problematizar qual indicador é esse que se refere à saúde da
634 população idosa, ou seja, é preciso debater a contextualização desses
635 indicadores. Cíntia, em relação à questão da terapia nutricional, indaga se tem
636 equipe para isso, se há profissionais suficientes para exercer esses serviços,
637 alertando que há um déficit. Ela comunica que oficiou a Prefeitura sobre o
638 déficit de nutricionista nas maternidades, como na Carmela Dutra, e até hoje
639 não se preencheu esse déficit, então falar em ampliar, mas sem discutir e
640 apresentar ao Controle Social qual o quadro de RH, é um plano insustentável.
641 Cíntia diz que é preciso discutir modelos de gestão, pois, por exemplo,
642 nutricionistas do Hospital Pedro II em Santa Cruz, contratados pela OS (SPDM),
643 ganha um valor “x”, enquanto o profissional com as mesmas atribuições, da
644 mesma OS (SPDM), no Hospital Cardoso Fontes, recém municipalizado, ganha
645 um salário menor. Ela questiona como se prevê esse orçamento para o
646 Hospital Cardoso Fontes e qual o valor que é embutido para o profissional que
647 está atuando ali, e informa que entrou em contato com a coordenadora de RH
648 da SPDM para negociar uma isonomia, antes de buscar uma judicialização,
649 pois é inadmissível uma empresa pagar salários diferentes à trabalhadores

650 com as mesmas atribuições, em dois hospitais que o município administra, na
651 verdade possui, porque terceirizou a gestão. Cíntia conclui que é importante
652 problematizar essas situações para se apropriar disso, porque é o que se
653 escuta e vivencia no dia a dia, então não é para ser apenas uma deliberação, a
654 favor ou contra, é necessário debater, para poder fazer valer todas as nossas
655 falas uma vez por mês aqui no plenário, então é preciso mudar esse quadro,
656 essa planilha. Em seguida a **conselheira titular Julienne de Freitas Parada**
657 **(SINDPSI/RJ)** reforça a fala dos colegas sobre a importância do Plano de
658 Cargos Carreiras e Salários, recomposição salarial e concurso público,
659 afirmando que é impossível um médico se aposentar pela Prefeitura com três
660 salários mínimos. Ela aponta que a Secretaria Municipal de Saúde não dá
661 conta da própria rede, que se ouve falar de falta de material para dentista, por
662 exemplo, e questiona como a Secretaria Municipal de Saúde ainda fica
663 querendo pegar a rede federal, alegando que esse processo foi feito através de
664 um contrato que é ilegal, o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade
665 Civil – MROSC⁴. A conselheira comenta sobre os dados de 44% da adesão da
666 população em situação de rua, e que não há serviço, e, como essas pessoas
667 concentram-se na Zona Sul, onde o trabalho raramente está disponível, há
668 lacunas também na rede de atenção, nos ambulatórios, pois os psicólogos
669 estão se aposentando, ou seja, a rede está diminuindo cada vez mais e não há
670 reposição. Além disso, a Secretaria Municipal de Saúde pretende substituir o
671 ambulatório por deambulatório, o que não é possível, pois tem gente que
672 precisa fazer psicoterapia. Outra questão é que onde há usuários de crack, não
673 tem CAPS perto, o CAPS é subfinanciado, tem pouco profissional, e
674 recentemente os psicólogos foram trocados por técnicos de enfermagem, o que
675 é um absurdo, porque os conhecimentos são diferentes. Ela expõe que os
676 poucos profissionais não têm pernas para ir à zona de uso para fazer o
677 trabalho, que até é feito, mas de forma precária, e que existe estudo falando
678 que o ideal seria que em cada zona de uso tivesse uma equipe de CAPS. A
679 **conselheira titular Gabriella Santoro da Silveira Machado (ADOULAS-RJ)**
680 comenta também sobre a dificuldade de aprovar o item da pauta, porque o
681 Pleno não tem as bases da construção, e sugere que uma programação de

⁴ Informações Disponíveis em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/entidades-de-assistencia-social/marco-regulatorio-das-organizacoes-da-sociedade-civil-2013-mrosc>>

saúde fosse feita nos moldes do ensinamento participativo, ouvindo diversas instâncias, as conferências distritais, municipais, estaduais, e principalmente os conselheiros, que estão na ponta, e teriam grandes contribuições para oferecer, para que fosse possível uma construção a partir de uma ferramenta muito mais democrática, e realista. Ela expõe que não identificou na programação de saúde a previsão de construção de Casas de Parto, o que vai contra a Lei Nº 6282 de 21 de novembro de 2017, a primeira lei aprovada por Marielle Franco, que prevê uma Casa de Parto por Área Programática de saúde, que fará nove anos em 2026, e até o momento não foi construída nenhuma. A conselheira esclarece que o município tem apenas a maravilhosa Casa de Parto David Capistrano Filho, em Realengo, e questiona por que há previsão de construção de maternidade e não de Casas de Parto, tendo em vista que a última é o melhor instrumento e possui o melhor acolhimento para uma gestante de risco habitual, e não um ambiente hospitalar. Gabriella registra seu lamento pelo descumprimento da referida Lei, pede explicações sobre os dados da meta de redução da razão da mortalidade materna, se é a diminuição de cesáreas ou o aumento no número de partos normais, e questiona se o Comitê de Prevenção e Controle da Mortalidade Materna foi ouvido no processo de estabelecimento dessa meta. Ela questiona se a Prefeitura tem alguma prospecção de atender à Recomendação da Pesquisa “Nascer no Brasil 2”⁵, da Fiocruz, na programação para próximos anos, que envolve a presença de doulas para incentivar o aumento dos partos vaginais, a diminuição de cesáreas e da mortalidade materna, e se há previsão de inserir a profissional doula no SUS. O **Secretário Executivo da Secretaria Municipal de Saúde Rodrigo Souza Prado** comenta que, em relação ao PCCS, a SMS tem conversado com os Sindicatos que a têm procurado, e diz que a Secretaria está disposta a retomar com a Mesa de Negociação, desde que seja uma Mesa saudável, para discutir em bases que sejam razoáveis. Ele expõe que, em uma das Mesas, foi feita uma proposta que não cabia no orçamento, que iria aumentar o orçamento, só de RH da saúde, em dois bilhões de reais, e não é possível achar que a Secretaria tem como negociar esse tipo de aumento, e reitera a proposta de que a SMS está disposta a voltar a sentar e conversar, desde que dentro de bases que sejam razoáveis. O secretário expõe que nunca houve tantos funcionários

⁵ Informações disponíveis em: <<https://nascernobrasil.ensp.fiocruz.br/>>

trabalhando na rede de saúde, reconhece que os servidores, cerca de 30%, dão a estrutura para a rede, o DNA, mas que são necessários diversos modelos para ajudar a SMS a mantê-la funcionando, tendo em vista que a rede é muito grande, pois precisa garantir o atendimento a mais de 6 milhões de pessoas, então tem sido feito o termo de colaboração, através do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC, que não tem nada de ilegal. Ele afirma que são usados contratos de gestão, que a SMS tem PPP para a área meio, como a do Hospital Municipal Souza Aguiar, mas não para área fim, e também tem a empresa pública Rio Saúde, que vem ajudado com a gestão de algumas unidades e repondo RH em outras. Rodrigo afirma que, apesar dos diversos modelos, a SMS ainda tem muitas dificuldades, e justamente pelo enorme tamanho da rede, a solução de usar um modelo apenas, a deixaria engessada. Em relação à maternidade, hoje, cada vez mais há menos partos, e, de fato, a ideia não é construir mais unidades, mas sim reformar a Casa de Parto David Capistrano Filho, deixá-la nas melhores condições, e garantir, também, que todas as maternidades tenham condições de realizar o parto humanizado, pois a SMS prega e trabalha para que toda maternidade realize o parto vaginal humanizado, da maneira que mais seja confortável para a mulher. Ele reforça que, em relação à discussão do PCCS, os sindicatos têm procurado a SMS de forma isolada, que tem sentado com todos eles para conversar, então a Secretaria não está com a porta fechada para esse assunto, mas, realmente, é preciso sentar e ter uma proposta que seja razoável, senão fica difícil. Dando prosseguimento com a pauta, o **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Osvaldo Sérgio Mendes** coloca o **item 8**, deliberar a Programação Anual de Saúde de 2026, o **conselheiro titular Tomaz Pinheiro da Costa (SINMED)** solicita questão de votação, para dizer que sua proposta, sobre o Conselho Municipal de Saúde encaminhar à Câmara dos Vereadores uma emenda para obtenção de recursos para o PCCS, não foi considerada pela Mesa, e o **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Osvaldo Sérgio Mendes** propõe que seja feita a votação do item 8, e em seguida seja deliberado o encaminhamento do conselheiro. Continuando, constatou-se que a PAS 2026 foi aprovada por maioria simples, com 06 (seis) votos contrários, e 03 (três) abstenções, e em seguida o **conselheiro titular Abílio Valério Tozini (FAM-RIO)** solicita declaração de voto para constar em ata, e expõe que o acordo com os

trabalhadores é uma questão orçamentária, que não foi possível fazer esse ano, e a negociação deveria estar na programação do ano que vem. Em adição, o conselheiro protesta para que em 2026, como já foi solicitado ano passado, a Programação Anual de Saúde seja de fato debatida, inclusive nos Conselho Distrital de Saúde, pois é neles onde as unidades de saúde estão, então a discussão precisa começar no território, com o propósito de possa avaliar o que funcionou ou não, o que precisa evoluir, inclusive em relação à necessidade de contratação de pessoal, para, aí sim, vir debater aqui [no Conselho Municipal de Saúde] mais de uma vez, não fazer com que os conselheiros deliberem meramente levantando ou não seus crachás. Ele complementa que o Pleno realmente quer participar desse debate, e reitera que sua declaração de abstenção é um protesto para que a Secretaria Municipal de Saúde use os conselheiros, inclusive para manifestar-se contra esse Estado que está roubando o dinheiro que ele deve repassar ao município, ou seja, trata-se de uma apropriação indevida que o governador está fazendo com recurso que não é dele, e esclarece que apropriação indevida é um nome bonito para roubo. Em seguida o **conselheiro titular Tomaz Pinheiro da Costa (SINMED)** inicia seu encaminhamento, dizendo que estamos simplesmente querendo resolver o dilema do ovo da galinha, pois a Prefeitura e a Secretaria Municipal de Saúde não afirmaram que querem acabar com a carreira de servidor público, mas os conselheiros acham que querem, e, para que se possa dar um voto de confiança a essa afirmação, é preciso avançar com o Plano de Cargos Carreiras e Salários e com os Concursos Públicos. Ele aponta que o Secretário propõe a Mesa de Negociação, entretanto as reuniões têm sido um diálogo de surdos, tendo em vista que as propostas dos Sindicatos não são respondidas, e há sempre o argumento de que não é possível fazer um plano porque não tem orçamento e vice-versa. O conselheiro conclui sua fala propondo que o Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro encaminhe à Câmara dos Vereadores uma proposta de orçamento para o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos funcionários do município. Ao ser colocada em votação, constatou-se que a emenda do conselheiro foi aprovada por maioria simples. A **conselheira suplente Maria de Fátima Gustavo Lopes (SINDSPREV/RJ)** esclarece que o plano é construído na Conferência de Saúde, e pede a todos empenho para participar da próxima Conferência Municipal, a fim de reconstruir e apoiar o plano, pois tudo que foi apresentado hoje saiu do livro da 14ª

785 Conferência Municipal de Saúde⁶. Então é preciso colaboração para elaborar
786 bastantes propostas para caber dentro de um plano desses, principalmente em
787 cada uma das 10 Áreas de Planejamento, por meio dos Conselhos Distritais de
788 Saúde, para que possamos construir um bom plano. Ela explica que a Câmara
789 dos Vereadores precisa orçar o PCCS, e somente com a aprovação é possível
790 que a Prefeitura e a SMS consigam manter esse dinheiro para o
791 reconhecimento dos servidores. A **conselheira suplente Liliane Cardoso de**
792 **Almeida Leal (SMS)** agradece a todos os presidentes dos Conselhos Distritais
793 de Saúde que entregaram o relatório sobre a Conferência Municipal de Saúde,
794 cobrado durante oito meses, que subsidiou o Plano Plurianual, que é
795 anualizado na Programação de Saúde, tendo em vista que todo o Pleno já
796 tinha visto essas metas do PPA para quatro anos. Seguiu para o **item 9** da
797 pauta, informe das Comissões do Conselho Municipal de Saúde, e o
798 **conselheiro titular Abílio Valério Tozini (FAM-RIO)** afirma que pode ter sido
799 esquecimento por parte do Secretário, mas ele [Abílio] tem certeza de que foi
800 sim aprovado o concurso público, e que, inclusive, consta no relatório entregue
801 pelo Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1. Em relação à Comissão de Saúde
802 Mental, o conselheiro diz que irá apresentar o trabalho elaborado em reunião
803 ordinária no próximo ano, em que haverá dois relatórios para aprovar, e um
804 texto extenso de transcrição, para estudar. **Substituto do presidente e**
805 **conselheiro titular Rene Monteiro de Almeida Júnior (GPV/RJ)** comunica
806 que o I Fórum de Doenças Raras em 14/11/2025 foi um sucesso, com a
807 presença de quase 90 pessoas, e foi elaborado um documento será
808 encaminhado à Comissão Executiva em janeiro de 2026, para aprovar ou não
809 que este seja apresentado e deliberado em reunião ordinária deste Conselho.
810 Dando continuidade, seguiu para o **item 10**, informes do Colegiado, e o
811 **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Sr. Osvaldo Sérgio Mendes**
812 relata que nos dias 9 e 10 de novembro esteve em Brasília participando do
813 Encontro Nacional de Presidentes e Secretários(as)-Executivos(as) dos
814 Conselhos Estaduais e dos Conselhos Municipais de Saúde das Capitais, onde
815 foram discutidos diversos temas, como o ato que irá acontecer no dia da saúde,
816 e a situação dos Conselhos de Saúde, de modo que foi possível constatar que
817 os Conselhos Estadual e Municipal de Saúde do Rio de Janeiro estão em uma

⁶ Livro disponível em: <https://saude.prefeitura.rio/wp-content/uploads/sites/47/2023/05/Livros_14ConferenciaMunicipal_Final.pdf>

boa posição e trabalhando bem em prol da população, em comparação a outros que, por exemplo, são comandados por políticos, o que é muito ruim, ou então, Conselhos que não possuem condições de trabalhar. Ele comunica também que em 18/11/2025 aconteceu a reunião dos Presidentes dos Conselhos Distritais e Municipal de Saúde com o Secretário Municipal de Saúde, onde articulou-se para que em 2026 possamos de fato trabalhar juntos e ter uma saúde melhor pra todos. Seguiu para o **item 11**, informes dos Conselhos Distritais de Saúde, e o **conselheiro titular Ludugério Antônio da Silva (CDS AP 5.1)** ressalta que a AP 5.1 possui uma Casa de Parto, construída em 2004 com muita luta de seu CDS, e que não foram construídas outras unidades devido a ações do Sindicato dos médicos. Ele relata que precisou arranjar um advogado para defender que a Casa de Parto funcionasse sem médico, e até hoje, ela possui 5.220 partos sem nenhum óbito, pois o Sindicato dos médicos e o CREMERJ continuou com as ações judiciais para que a unidade funcionasse com o médico. O conselheiro diz que a referência de Casa de Parto em Bangu é o Hospital Maternidade Alexander Fleming e o Hospital da Mulher Mariska Ribeiro, que se deu devido às ações judiciais citadas. A **conselheira titular Maria Rosilda Pereira de Azevedo Moreira (CDS AP 3.1)** convida todos para participarem da última reunião ordinária do ano acontecerá em 16/12/2025, às 09h, na CAP da AP 3.1, Rua São Godofredo 51, Penha. O **conselheiro titular Reinaldo da Costa Pereira da Silva (CDS AP 4.0)** informa que seu Conselho está se planejando para 2026, e diz que estão um pouco perdidos em relação à agenda, conteúdo, etc da Conferência Distrital de Saúde. Em seguida ele pede que, em relação ao PCCS, o Conselho Municipal de Saúde repasse alguns pontos interessantes para que todos ajudem na construção de alguma coisa boa para ano que vem. A **conselheira titular Diva Kort Kamp de Azevedo (CDS AP 2.1)** também convida todos para participarem da última plenária no dia 16/12/2025 às 14h e comunica que a presidente do Conselho Distrital de Saúde Maria Edileusa Braga Freires foi convidada pelos Vereadores Carlos Caiado e Wagner Tavares para a Solenidade entrega de Moção de Congratulações e Louvor para Diversas Personalidades em 12/12/2025 às 14h na Câmara dos Vereadores. Seguiu para o **item 12**, informe da Secretaria Executiva e a **Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro Sra. Lúlia de Mesquita Barreto** expõe que encaminhou orientações aos 10 Conselhos Distritais de

853 Saúde para realizarem a renovação da Comissão Executiva e Substituto do
854 Presidente, e solicita que os conselheiros façam esse processo com atenção,
855 montando a Comissão Eleitoral, e reforça as orientações que foram enviadas
856 por e-mail, como, quem possui 2 anos consecutivos de mandato não poderá se
857 eleger, e deverá sempre manter a paridade, e diz que está à disposição para
858 auxiliá-los. Ela informa também que foi elaborado um documento com as
859 Comissões Temáticas do CMS, em um formato que possibilite que os membros
860 se comuniquem, a partir da disponibilização do nome e telefone para contato
861 de cada um, para que os conselheiros integrantes de Comissões voltem a se
862 reunir e usem o documento como controle de frequência. [Até o final da reunião,
863 Lúlia entregou o documento impresso para cada um dos membros das
864 Comissões Temáticas]. No **item 13**, informes da gestão, a **conselheira**
865 **suplente Liliane Cardoso de Almeida Leal (SMS)** informa que encaminhou
866 um e-mail para que o Conselho Municipal de Saúde divulgue o Informe da
867 Saúde de dezembro, orienta que os Conselhos Distritais de Saúde também
868 façam a divulgação, assim como do calendário da saúde, deseja a todos um
869 feliz natal, e anseia para que 2026 seja um excelente ano com muito trabalho e
870 sucesso. Ela alerta que as Comissões Temáticas têm um papel fundamental na
871 Conferência Municipal de Saúde, pois é nelas que são elaboradas as propostas
872 que serão levadas aos Conselhos Distritais de Saúde, e reitera que o plano é
873 feito a partir das Conferências, então é preciso ter uma Conferência madura,
874 com uma diretriz forte e ampla, em que caibam diversas ações. A conselheira
875 anseia que em 2026 todos possam estar mais unidos e fortalecer as
876 articulações em prol desses trabalhos tão importantes. Seguiu para o **item 14**,
877 informe do Colegiado, e a **conselheira titular Julienne de Freitas Parada**
878 **(SINDPSI/RJ)** faz um alerta, principalmente aos representantes dos Usuários,
879 sobre o que vem acontecendo no Hospital Federal de Bonsucesso, e que é
880 importante levar essa pauta para os Conselhos Distritais de Saúde, o Grupo
881 Hospitalar Conceição, responsável pela atual gestão, manifestou que pretende
882 “fazer mais com menos”, que na prática quer dizer que continuarão usando
883 potes indevidos para armazenar material, e que irão atender somente o
884 território, apesar da unidade receber pacientes da baixada. Ela denuncia que
885 há muito assédio moral contra os trabalhadores, os deixando estressados, as
886 equipes foram subdimensionadas, não atendendo toda a estrutura que o
887 hospital oferece, e que, no concurso público, para ser CLT, houve fraude, em

que pessoas com melhores classificações estão sendo preteridas, e assédio moral na convocação pelos avaliadores. A conselheira conclui pedindo que todos fiquem em alerta e compartilhem a preocupação sobre essas questões. O conselheiro **titular Abílio Valério Tozini (FAM-RIO)** comenta sobre a fala do presidente sobre a desmobilização dos Conselhos, que se dá pela desmobilização da população, e permite que o autoritarismo prevaleça e tente tomar o poder, e alerta que é muito importante que a população se movimente, pois do contrário, só é possível mudar as coisas através da eleição. Ele diz ter ouvido no rádio, ontem, que a Prefeitura não irá mais disponibilizar remédios do Programa Farmácia Popular, critica que medicações que deveriam ser fornecidas nas Clínicas da Família sejam ofertadas em farmácia particular como a Pacheco, e afirma que é preciso lutar para que os medicamentos sejam disponibilizados nas unidades públicas de saúde. O **Coordenador da Metropolitana I, Sr. Jeronimo Sant'Anna** expõe que é conselheiro municipal de Mesquita, diz que aprende muito com o Presidente do Conselho Municipal de Saúde Sr. Osvaldo Sérgio Mendes, a conselheira Maria de Fátima, e que tornou-se conselheiro estadual em 12/08/2025. Ele agradece o convite do Roger Soares para participar da reunião, cumprimenta a mesa, parabeniza todos os presentes, reiterando que o Controle Social não é inimigo da gestão, mas sim cogestor, e, portanto é necessário que estejamos de mãos dadas para lutar e reivindicar pelos direitos do usuário, e dar o melhor de cada um de nós. O conselheiro agradece novamente à Mesa, comenta sobre sua trajetória no Controle Social, e deseja a todos proteção divina em nome da Metropolitana I. Não havendo mais nada a ser discutido e deliberado o **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Sr. Osvaldo Sérgio Mendes** deu por encerrada a reunião às dezessete horas e dezessete minutos; convidou os presentes para uma seção de fotos e para participarem da confraternização, e eu, **Laura Guimarães Estrella Moreira** dou por lavrada a ata e assino em conjunto com Presidente deste Conselho, **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes**.

Laura Guimarães Estrella Moreira

Osvaldo Sérgio Mendes

Presidente do CMS.RJ